

**“ELE ERA UM HOMEM DO SEU TEMPO.”
UM ENUNCIADO-RESPOSTA AGENCIADO PELO
CONSENSO RACISTA**

***“HE WAS A MAN OF HIS TIME.”
A STATEMENT-RESPONSE ACTED OUT BY THE
RACIST CONSENSUS***

**Tatiana Jardim Gonçalves
SEDUC/RJ**

Resumo: Este artigo apresenta reflexões e leitura acerca do enunciado “Ele era um homem do seu tempo.”, proferido como resposta aos questionamentos sobre o texto *Perfectibilidade da Raça Negra*, publicado na *Revista Espírita* de 1862. O percurso é realizado a partir das formulações de Achille Mbembe (2018), Aimé Cesáire (2020), Maldonado-Torres (2018), Michel Foucault (2009), Dominique Maingueneau (2008), Oswald Ducrot (1987) e da proposta de uma prática cartográfica de Análise do Discurso elaborada por Bruno Deusdará e Décio Rocha (2021). Compreendo e defendo leitura como uma produção discursiva atravessada pela história e pelas produções que sustentam as práticas discursivas. Sendo assim, a formulação do enunciado aqui analisado é compreendida como um substrato discursivo de outras produções que mantêm o racismo ou silenciam o debate acerca deste.

Palavras-chave: Leitura, racismo, desnaturalização.

Abstract: *This article presents reflections and a reading of a given statement made in response to questions about the text *Perfectibility of the Black Race*, published in the *Spiritist Review* in 1862. The journey is based on the formulations of Achille Mbembe (2018), Aimé Cesáire (2020), Maldonado-Torres (2018), Michel Foucault (2009), Dominique Maingueneau (2008), Oswald Ducrot (1987) and the proposal for a cartographic practice of discourse analysis by Bruno Deusdará and Décio Rocha (2021). I understand and defend the reading as a discursive production crossed by history and the productions that sustain discursive practices. Therefore, the formulation of the statement analyzed here is understood as a discursive substrate of other productions that maintain racism or silence the debate about it.*

Keywords: *Reading. Racism. Desnaturalization.*

Primeiras palavras

Ler é uma atividade. Assumindo que a língua é um produto histórico, gestado nas lutas, nos embates, nos espaços e nos corpos, qualquer produção linguageira é um ato, é um trabalho. Desse modo, quando encontramos um enunciado, encontramos também a história, aqueles que produzem os enunciados, os atravessamentos de distintas ordens, e, ainda, nos encontramos como enunciadore e coenunciadore que carregam os mesmos elementos.

Neste percurso, devemos considerar o que nos forja como sujeitos e, conseqüentemente, como leitores. A leitura da palavra não é um ato solitário, pois, como afirma Freire (2006, p. 11), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, o que significa que lemos o mundo, a vida, os sujeitos, os espaços pelas lentes das construções sócio-históricas nas quais nos inserimos. A leitura, portanto, é um ato discursivo, é o encontro entre língua, sujeito e história. Ler também é agir, pois, como afirma Bakhtin há uma oferta de contrapalavras, por isso respondemos, e nossa enunciação fala com o texto, mostra nossos percursos.

Nesse sentido, ler qualquer enunciado exige que o coenunciador se movimente e combata, uma vez que a leitura de qualquer enunciado exige, na verdade, a leitura da história que o atravessa. Apresento neste artigo a leitura de um enunciado que funciona como resposta para muitos enunciados cujo conteúdo diz respeito ao *status quo*, a tudo que está normalizado. Aqui, porém, este enunciado vai ser apresentado e compreendido como resposta aos questionamentos sobre as afirmações e teses acerca da raça negra contidas na Revista Espírita de 1862 organizada por Allan Kardec. Os escritos, quando questionados, vêm sendo defendidos por muitos com o enunciado “Ele era um homem do seu tempo”. Tal resposta, taxativa, leva-nos a observar, entre outras coisas, um percurso de naturalização e de manutenção do racismo, pois, além de abarcar a pretensão de não gerar discussão, legitima as colocações presentes na obra.

Assim, o intuito deste artigo é analisar o referido enunciado como um enunciado-resposta que explicita uma leitura realizada a partir de um certo lugar. Faço a aposta no fato de esta resposta estar ancorada nos discursos constituintes que visam à regulação, à autossuficiência, à naturalização e, sobretudo, à manutenção valores. Com isso, defendo que estamos na esteira das reflexões acerca da leitura no sentido de compreendê-la como ato e como dispositivo.

Antes de continuar, é preciso destacar que o intuito desta escrita não é desqualificar os feitos de Allan Kardec ou o seu papel na doutrina religiosa da qual é o organizador, mas argumentar em torno de condutas leitoras que, por estarem ligadas a conjunturas e à lógicas ainda vigentes, produzem ou mantêm sentidos.

1 Linguagem e produção de realidade

A língua está para além de sua estrutura, visto que, ao entrar em cena, convoca atores, contextos, perfis sociais e toda sorte de questões que a fazem funcionar nas interações humanas. A língua, portanto, está na esteira dos acontecimentos. Por acontecimento, devemos compreender

não os fatos na ordem cronológica do tempo, mas as engrenagens que propiciam a produção e o aparecimento das práticas discursivas, dos enunciados. Foucault (1978 [2006] afirma:

[...] O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isso é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos - que podemos chamar de acontecimentos discursivos - mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. (Foucault, 1978 [2006], p.255-256)

Émile Benveniste (2005), ao tratar da subjetividade na linguagem em sua perspectiva, expõe e argumenta em torno da impossibilidade de o homem falar individualmente e em torno do inegável fato de o homem imprimir-se no que fala. Para o linguista, “[...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (p. 222), o que significa que, como sujeitos no mundo, experienciamos a vida na e pela linguagem, moldamos o mundo pela linguagem. A língua, então, é produtora de realidades, pois o que se manifesta e se solidifica no mundo de forma breve ou duradoura é gerado e mantido pelas práticas languageiras.

Esta perspectiva se amplia quando concebemos que as práticas languageiras são acontecimentos, pois são históricas, estão imersas ou remontam a conjunturas específicas. Nesse sentido, devem ser compreendidas como discurso, ou seja, como a relação entre língua, história e sujeito atuando na produção e na apreensão das materialidades (linguísticas e não linguísticas) que circulam na sociedade. Estas, por sua vez, atendem aos imperativos do tempo e do espaço vigentes e indicam estados de sociedade. Por este motivo, o que falamos ou deixamos de falar, as lutas empreendidas e toda sorte de ações no campo da vida se dão e se constituem pelo exercício do discurso, isto é, uma instância, uma produção erguida pela intrínseca relação língua-história.

Assumir esta perspectiva é compreender que os discursos e práticas são indissociáveis. Não se trata de o discurso ser anterior e as práticas posteriores, mas de concebemos a simultaneidade e a retroalimentação entre ambos. Por isso, uma dada realidade é sempre uma moeda multifacetada, pois pode ser observada sob o prisma de sua materialização, sob o prisma dos sujeitos que a praticam/recebem ou sob o prisma discursivo. É assim, por exemplo, que podemos compreender as práticas religiosas. No âmbito social, o que sustenta uma dada religião é o intercâmbio entre sua discursividade e os sujeitos, uma vez que estes se movimentam e atuam em conformidade com os sentidos que assumem em seu fazer religioso ao passo que a discursividade produz as lógicas da religião e reverbera, é multiplicada pelos sujeitos praticantes.

Sendo a língua produtora de realidades, tendo em vista o fato de sua realização acontecer em condições de produção específicas, cabe resgatarmos o que dissemos em linhas anteriores acerca de o homem imprimir-se em seu discurso. Tal atividade não é um ato intencional ou consciente, mas constitutivo, pois o homem fala para fazer sentido, criar e dar sentido ao mundo; portanto

todo enunciado abarca trocas, disputas, embates e interação. Nas trocas discursivas, aparecem as concepções de mundo, as crenças, a vida que se vive, as lógicas assumidas. Nas trocas, atuam e emergem as subjetividades. A subjetividade deve ser compreendida para além das trocas comunicacionais e das relações face a face, deve ser acolhida como o estar no mundo que não é estático nem natural, mas produzido. Guattari (1992) compreende a subjetividade como uma instância maquínica porque tudo que está no mundo atua sobre os sujeitos produzindo-os. Os sujeitos, então, não são receptáculos, são agenciados e agenciam, retroalimentam, portanto, a vida.

Sendo assim, discurso e vida são instâncias inseparáveis e produzem o que conhecemos e assumimos, os sistemas do mundo, a história e o que somos. É fundamental questionarmos, então, os discursos normalizados, aqueles que atravessam o cotidiano, a vida vivida, pois estes carregam as produções e as manutenções que estão em vigor. É nesse sentido que devemos compreender os enunciados racistas e o racismo como acontecimentos gestados e mantidos pela linguagem. Para além das práticas não discursivas, urge compreendermos e assumirmos o alcance e o poder do discurso na construção e na sustentação da sociedade e de tudo que a atravessa, pois este produz consensos que balizam a vida que vivemos.

É nesta direção que compreendemos o racismo como um regime que também é discursivo. Se considerarmos os tipos de enunciados racistas, os perfis dos enunciados que justificam atos racistas, as defesas dos sujeitos que praticam racismo, vamos observar regularidades, isto é, singularidade e repetição de objetos de discurso, de enunciados, de estratégias discursivas e de lógicas. Não se trata somente de regularidade material, mas de regularidades atreladas a formações, a conglomerados de sentido que sustentam uma prática discursiva. Assim, o racismo, como outros sistemas adocedores e até mesmo os saudáveis de nossa sociedade, também são produzidos e mantidos pelas práticas discursivas.

2 Racismo: invenção e manutenção linguageira e discursiva

Podemos compreender o racismo como uma tecnologia gerada e mantida por uma série de práticas. Essa tecnologia, que produz seus sistemas de verdade acerca dos sujeitos racializados, subjugam corpos e subjetividades, colocando esses sujeitos na condição de desumanidade. Não se trata somente da implantação de um sistema pela via da verticalidade, mas, acima de tudo, da solidificação e da atualização de maneiras de constranger e apagar a presença desses sujeitos. Desse modo, tratar do racismo é percorrer muitos territórios e encontrar muitas camadas que fazem dele o que é.

Considerar a sanha do racismo e sua sobrevivência é como acessar um vasto arsenal que comporta forças, estratégias, objetos, estratificações, enunciações e capturas, uma vez que, como sistema de dominação e subjugação, o racismo se firma a cada vez que é confrontado. As lutas pela superação do racismo vêm alcançando êxito, todavia, este sempre se renova ou encontra outros caminhos em virtude das relações de poder e de saber e do desejo de manutenção de uma normalidade em que negros, não brancos e brancos devem ocupar seus devidos lugares, isto é, seus lugares na ordem estabelecida.

Esta engenhosidade do racismo pode ser demonstrada no que se refere ao colorismo. Devulsky (2021), ao tratar do fenômeno, expõe e argumenta que se trata de um desdobramento do racismo

[...] Um sistema sofisticado de hierarquização racial e de atribuição de qualidade e fragilidades que, no Brasil, é oriundo da implantação do projeto colonial português quando da invasão do território. Um sistema de valoração que avalia atributos subjetivos e objetivos, materiais e imateriais, segundo um critério fundamentalmente eurocêntrico. Seja em torno do fenótipo, seja com relação à carga cultural expressa pelo sujeito, a categorização do quando um indivíduo é negro só ocorre após a leitura de que ele não é branco. (Devulsky, 2021, p. 29)

Para além das práticas de identificação e de hierarquização entre pessoas negras¹ em virtude da cor da pele mais ou menos escura, o colorismo compõe a linguagem vivida, as práticas discursivas. Todos nós já ouvimos ou até proferimos enunciados como “Você não é tão preto assim.”, “Ela/ Ele nem é tão preto!”, “Ela/ Ele é negra (o) de pele clara”, “Você não é negra (o). Você é moreninha (o)!”. Esses e outros enunciados têm em comum não só a afirmação da pele mais clara, mas a negação da negritude. Tal negação não diz respeito somente ao fenótipo, às características negras, mas, acima de tudo, ao trânsito do corpo negro no mundo, ao seu modo de existir, às capturas e exclusões a que está sujeito numa sociedade racista. Nesse sentido, estamos diante do racismo engendrado e mantido pela linguagem historicamente situada. Não se trata de outro *modus operandi*, mas de produção, invenção e manutenção de um estado de coisas pelas práticas discursivas.

Assim, assumir a linguagem como produtora e mantenedora de realidades remete-nos ao fato de conceber que quaisquer produções materiais só se dão em função de uma engrenagem linguageira que conjuga elementos distintos. O racismo, então, é um sistema sofisticado que conta com práticas discursivas inventadas, mantidas e aprimoradas com o tempo. Portanto, não se trata somente de identificarmos enunciados e práticas que abarquem sentidos relativos à exclusão de pessoas negras, mas, acima de tudo, de compreendermos os percursos e as atualizações do racismo pelas práticas linguageiras, pois a linguagem, como afirma Mbembe (2019, p.101), “não é apenas o lugar das formas. É o próprio sistema da vida.” O que significa que os atravessamentos do racismo conduzem as vidas de pessoas negras e de pessoas brancas.

À vista disso, estamos diante da possibilidade de dismantlar um sistema, pois assim como as práticas discursivas produzem e sustentam o racismo também podem superá-lo. Então, o entendimento da linguagem como geradora de realidades nos conduz ao entendimento de que as normalizações, as regulamentações que nos orientam estão na vida que se vive a partir das alianças e das verdades produzidas.

1. A denominação negro/negra segue os parâmetros do Sistema classificatório de “Cor e Raça” do IBGE cuja finalidade é ser a base para a identificação e a caracterização das desigualdades raciais existentes no Brasil. Tal denominação, fundamentada em estudos étnico-raciais e no modo como a ideia de raça é, historicamente, reformulada no Brasil, compreende a abarca negro como uma raça e preto ou pardo como cor. Disponível em https://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M255_02.pdf.

3 O normal como regra de manutenção

Tratar da linguagem, do discurso e de seu engendramento nas realidades é adentrar no terreno das regularizações. Isso porque as práticas discursivas são o que são em virtude de uma dada orientação, de uma dada organização, há a junção de elementos que se conectam em virtude de lógicas e de verdades inerentes a certas conjunturas. Isso regulariza usos, discursos, práticas e constitui um panorama de normalidades.

Foucault (2010), ao tratar das relações entre poder e verdade, nos adverte que o poder não deve ser tomado como uma grandeza da ordem dos domínios, mas da ordem do dinamismo: “[...] O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nesta rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (p. 26). Ora, se o poder é um exercício, significa que as produções e os fatos do mundo são moldados pelas práticas dos sujeitos. Essas práticas, por sua vez, se solidificam, se estabelecem e viram regras, regulamentam o mundo a sua volta. É nesse sentido que podemos falar de norma e de normalização.

As normalizações estão presentes em nossas vidas e se ligam às concepções de mundo que circulam. O que concebemos, e como concebemos, gera verdades e, conseqüentemente, reiterações, regularizações. As normalizações decorrem da instauração do poder capilar, poder que, por ser exercido por todos ou por muitos, atravessa e conduz vidas, incide, conforme Foucault (1976 [2010]), “[...] sobre os corpos e sobre o que eles fazem.[...]”. O que está em jogo nesta dinâmica não é a soberania ou um poder centrado em uma instância, mas o que se pode fazer e sedimentar a partir do exercício de poder por muitos, a partir do normal, do estabelecido.

A normalidade, então, deve ser compreendida para além de sua relação com as regularidades. A normalidade precisa ser compreendida como uma força que captura vidas e modos de transitar no mundo. Pode-se compreender a normalidade como uma vontade de normalidade que consistiria “[...] no trânsito das vidas, produzindo significados inerentes a uma ordem de mundo que invisibiliza a experiência do sofrimento, do medo, da dor e da perda e ressalta a experiência das continuidades produtivas, do desimpedimento [...]” (Jardim; Rodrigues, 2023, p. 19).

Esta vontade de normalidade, esta sanha pela manutenção da norma nos remete a outro sistema de poder, verdade e captura: a colonialidade. Para Maldonado-Torres, na esteira da compreensão e do desmonte da colonização, é útil distinguir colonialismo de colonialidade:

[...] *Colonialismo* pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o *colonialismo moderno* pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e *colonialidade* pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. [...] (2019, p.35-36; grifos meus)

Desse modo, a colonialidade diz respeito a um conjunto de técnicas em que raça ou características nativas e étnicas são elementos que determinam a imposição, a exploração, a morte, a

captura em detrimento da liberdade, do afeto e da vida. A colonialidade converte-se em uma lógica herdada, gerada do colonialismo que sedimenta práticas, condutas, políticas e discursos; colonialidade atua para o vilipêndio, e vem se atualizando, se refinando ao longo dos séculos. É possível atestarmos isso nas políticas de combate à violência, nas “reformas” educacionais, nos recorrentes flagrantes de pessoas em condições de trabalho análogo à escravidão, na ausência de políticas ambientais e habitacionais que fazem boa parte da população viver em condições indignas etc. Experienciamos, portanto, o colonial, o aprisionador.

Considerando, então, as lógicas de normalidade e colonialidade, compreendemos que estamos na esteira das lógicas que emergem e circulam na humanidade cuja regra é a manutenção de valores, de saberes, de poderes. Este ideal de manutenção é uma ética praticada por muitos, rejeitada por muitos outros, mas o fato é que se torna um consenso que respalda o olhar, conduz leituras do mundo, dos corpos, dos sujeitos e dos discursos. O consenso de que trato aqui é o que orienta e finca os pés dos sujeitos em certas perspectivas e os conduz a defender um ideal de mundo. Assim, o normal é a regra de manutenção de um estado de sociedade, o normal é a presença constante nos enunciados que tratam de certos temas ou que respondem a estes.

4 Leitura é confronto: análise do enunciado-resposta

Nesta seção, procederei à análise do enunciado que dá título a este artigo. Esta análise tem o objetivo de confirmar nossa defesa de que se trata de uma resposta decorrente de uma leitura alicerçada no consenso do racismo como instância de normalidade inquestionável que invisibiliza percepções. Esta análise, no entanto, abarca algumas singularidades. Em primeiro lugar, a concepção de análise aqui empreendida não está ancorada no pré-determinado, visto que uma prática discursiva é uma instância cuja configuração se dá a partir de um trabalho que conjuga língua, história e subjetividades. Nesse sentido, a análise tem que dar visibilidade a este jogo de forças. A partir da filosofia da diferença e das formulações e reformulações teóricas de Deleuze e Guattari (1980,1995), Deusdará e Rocha (2021) propõem uma prática de análise ancorada na multiplicidade, isto é, nas possibilidades de explicitação dos processos presentes em uma prática discursiva e na necessidade de uma conduta de pesquisa capaz de assumir percursos não hegemônicos. Desse modo, a ideia de um método se mostra fechada para um trabalho de pesquisa cujo objeto é uma produção que precisa ser acompanhada. Os autores se posicionam da seguinte forma:

[...] Evitamos aqui falar de “método”, porque a palavra é portadora de um certo imobilismo processual [...]. Preferimos falar em atitude ou perspectiva cartográfica, visto que o que se propões tem impactos sobre a própria forma de conceber e se relacionar com o conhecimento e com a prática de investigação. (Deusdará; Rocha, 2021, p.203)

Sendo assim, a análise aqui apresentada está na esteira da cartografia, de uma Análise Cartográfica do Discurso, como formulam os autores, tendo em vista o fato de que o objetivo é caminhar

por um território e mostrar, a partir da inegável intersecção entre a materialidade linguística e o social que a contorna, um processo de produção discursiva.

A segunda questão, decorrente da anterior, diz respeito ao enunciado analisado e à sua “eleição” para este trabalho. Partindo do fato de que os textos são a parte material dos discursos e que dão ao analista a possibilidade de acessar uma parte das experiências históricas de uma conjuntura, o enunciado em questão não é uma escolha, isto é, não foi pinçado, colhido como uma fruta no pé, mas compreendido como passível de análise em virtude das relações que evoca e que estabelece com um contexto sócio-histórico e com uma condição de produção. A presença deste enunciado neste trabalho diz respeito, como defendem Deusará e Rocha (2021, p, 21), “à etapa incontornável das exame de marcas linguísticas”, uma vez que inseri-las em um trabalho de análise só ocorre quando o pesquisador se coloca frente a estes enunciados e capta-lhes as potências, as emergências, as insurgências, os silêncios, interditos e todas as relações com as conjunturas.

Início o percurso analítico, apresentando parte do texto que, lido, gera o enunciado-resposta. Os parágrafos são parte integrante do texto *Frenologia Espiritualista e Espírita: Perfectibilidade da Raça Negra* e encontra-se na Revista Espírita, ano V, abril de 1862. Segue parte dele:

O exame frenológico dos povos pouco inteligentes constata a predominância das faculdades instintivas e a atrofia dos órgãos da inteligência. Aquilo que é excepcional nos povos avançados é a regra em certas raças. Por quê? Será uma injusta preferência? Não; é sabedoria. A Natureza é sempre previdente; nada faz de inútil. Ora, seria inútil dar um instrumento completo a quem não tenha os meios para dele se servir. Os Espíritos selvagens são ainda crianças, se assim podemos nos exprimir. Neles muitas faculdades ainda estão latentes. O que faria o Espírito de um hotentote no corpo de um Arago? Seria como alguém que nada sabe de música diante de um piano excelente. Por uma razão inversa, o que faria o Espírito Arago no corpo de um hotentote? Seria como Liszt diante de um piano contendo apenas algumas cordas desafinadas, das quais o seu talento não conseguiria jamais tirar sons harmoniosos. Arago entre os selvagens, com todo o seu gênio, será tão inteligente quanto o pode ser um selvagem, e nada mais; jamais será, numa pele negra, membro do Instituto. Seu Espírito induziria o desenvolvimento dos órgãos? Órgãos fracos, sim; órgãos rudimentares, não.

[...]

Chegamos agora à perfectibilidade das raças. Por assim dizer, essa questão é resolvida pela precedente: apenas temos que deduzir algumas consequências. Elas são perfectíveis para o Espírito que se desenvolve através de suas várias migrações, em cada uma das quais adquire pouco a pouco as faculdades que lhe faltam; mas, à proporção que essas faculdades se ampliam, necessita de um instrumento apropriado, como uma criança que cresce precisa de roupas maiores. Ora, sendo insuficientes os corpos constituídos para o seu estado primitivo, necessitam encarnar em melhores condições, e assim por diante, à medida que progredem.

Assim, as raças são perfectíveis pelo corpo, pelo cruzamento com raças mais aperfeiçoadas, que trazem novos elementos, aí enxertando, por assim dizer, os germes de novos órgãos. Esse cruzamento se faz pelas migrações, as guerras e as conquistas. Sob esse ponto de vista, há raças, como há famílias, que se abastardam, se não misturarem sangues diversos. Então não se pode dizer que haja raça primitiva pura, porquanto, sem cruzamento, essa raça será sempre a mesma, pois seu estado de inferioridade se prende à sua natureza; degenerará, em vez de progredir, o que resultará no seu desaparecimento, ao cabo de certo tempo.

Diz-se a respeito dos negros escravos: "São seres tão brutos, tão pouco inteligentes, que seria trabalho perdido querer instruí-los. É uma raça inferior, incorrigível e profundamente incapaz." A teoria que acabamos de dar permite encará-los sob outra luz. Na questão do aperfeiçoamento das raças, deve-se sempre levar em conta dois elementos constitutivos do homem: o elemento espiritual e o elemento corporal. É preciso conhecer um e outro, e só o Espiritismo nos pode esclarecer sobre a natureza do elemento espiritual, o mais importante, por ser o que pensa e que sobrevive, enquanto o elemento corporal se destrói.

Assim, como organização física, os negros serão sempre os mesmos; como Espíritos, trata-se, sem dúvida, de uma raça inferior, isto é, primitiva; são verdadeiras crianças às quais muito pouco se pode ensinar. Mas, por meio de cuidados inteligentes é sempre possível modificar certos hábitos, certas tendências, o que já constitui um progresso que levarão para outra existência e que lhes permitirá, mais tarde, tomar um envoltório em melhores condições. Trabalhando em sua melhoria, trabalha-se menos pelo seu presente que pelo seu futuro e, por pouco que se ganhe, para eles é sempre uma aquisição. Cada progresso é um passo à frente, facilitando novos progressos.

Sob o mesmo envoltório, isto é, com os mesmos instrumentos de manifestação do pensamento, as raças são perfectíveis somente em estreitos limites, pelas razões que desenvolvemos. *Eis por que a raça negra, enquanto raça negra, corporalmente falando, jamais atingirá o nível das raças caucásicas; mas, na qualidade de Espírito, é outra coisa: pode tornar-se e tornar-se-á aquilo que somos. Apenas necessitará de tempo e de melhores instrumentos. Por isso as raças selvagens, mesmo em contato com a civilização, permanecerão sempre selvagens; porém, à medida que as raças civilizadas se espalham, as selvagens diminuem, até desaparecerem completamente, como aconteceu com a raça dos Caraíbas, dos Guanches e outras. Os corpos desapareceram; quanto aos Espíritos, em que se transformaram? Muitos deles, talvez, se encontrem entre nós. (p.149-151) [...]*

A reprodução acima consta na obra antes mencionada, que era um veículo de comunicação que abarcava distintas discussões. Estes parágrafos integram a argumentação em relação ao status de pessoas da raça negra em conformidade com a Frenologia, teoria organizada por Franz Joseph Gall e Johann Gaspar Spurzheim, que atribuía as faculdades mentais e a personalidade ao tamanho da caixa craniana dos indivíduos. Desde já, nos deparamos com uma questão bem problemática, pois estamos diante de uma teorização que mede o ser humano, que captura o corpo no âmbito da classificação. Reconhecemos, portanto, uma perspectiva atinente a uma conjuntura, século XIX, o que nos dá subsídios para compreendermos o contorno sócio-histórico que respalda a manutenção da teoria bem como os vestígios que deixa na memória discursiva dos sujeitos.

A leitura das páginas referentes a este capítulo da obra supracitada gera diferentes reações e os inevitáveis questionamentos: “Kardec era racista?”, “O Espiritismo é racista?” Ao lermos comentários, discussões e explanações de expoentes, praticantes e simpatizantes do movimento Espírita acerca do fato, deparamo-nos com respostas e explanações distintas, mas há um enunciado recorrente que integra muitas respostas que explicitam a defesa de Kardec: “Ele era um homem do tempo dele”. Ler o texto presente na Revista Espírita e responder com este enunciado é desconsiderar as ideias aí contidas e apagar certas questões; é, acima de tudo, ocultar, silenciar, negar.

Os grifos feitos no texto mostram a predominância de um vocabulário atinente àquela conjuntura histórica que tinha em seu bojo a ideia de raça. Não podemos negar que a Europa no século XIX experienciava o apogeu das teorias científicas que classificavam o homem. Positivismo, Evolucionismo, Naturalismo, Racialismo eram lógicas que além de medir concebiam fins determinados e normatizados para os homens. O vocabulário dos parágrafos acima explicitam tais questões. Maingueneau (2008) nos mostra que um discurso deve ser analisado a partir da integração de vários níveis, e o vocabulário é um deles. Para o autor, um vocábulo assume estatuto de pertencimento, já que ao compor os enunciados só o fazem em consonância com uma dada formação discursiva. Desse modo, é inegável a presença da perspectiva racializante presente neste texto, por mais que este tenha o objetivo de argumentar acerca da “evolução” de sujeitos negros.

Desse modo, ler os enunciados e responder com “Ele era um homem do seu tempo” é colocar, sob a mesma guarda, duas questões. A condescendência, em primeiro lugar, para ações e discursos respaldados por esta teorização. Em segundo lugar, a anuência, a aliança com essas teorias, isto é, o não questionamento destas. É possível compreender que o enunciado-resposta tem uma parte visível e outra não visível que está no âmbito do não dito que comporta uma verdade inquestionável. Nesse sentido, convocamos Ducrot (1987) que concebe a pragmática linguística e traz, entre suas teorizações, os subentendidos. O subentendido é um tipo de implícito que está ligado à enunciação, ou seja, o não dito é uma condição de produção do enunciado, por isso o subentendido diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário. Não dizer, portanto, não é veicular silêncios, mas produzir enunciados que abarcam uma complexidade discursiva que não se revela instantaneamente, necessariamente ou somente pela materialidade linguística. O subentendido, então “permite acrescentar alguma coisa “sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita” [...] (Ducrot, 1987, p.19).

Assim sendo, o enunciado analisado “Ele é um homem do tempo dele” possibilita a inferência, a identificação de enunciados como: “Quem vivia naquela época pensava assim. Não havia outra possibilidade”; “Não o questionem, ele era espírita”; “Ele não podia ser racista. Ele só pensava em conformidade com o momento”. A apreensão destes enunciados nos obrigam a confrontar o enunciado-resposta e a captar as lógicas subjacentes a ele. Uma resposta desta natureza em relação aos escritos mostrados é uma tentativa de ocultar a questão racial como alicerce da construção do país, é ocultar o racismo que se manifesta em todas as esferas da nossa sociedade. O não dito, neste enunciado, condiz com um silêncio agenciado por uma condição de produção que não considera ou não compreende a conjuntura sócio-histórica como produtora de políticas, de sujeitos, de sistemas. Desse modo, é possível afirmar que o não dito do enunciado-resposta constitui, hoje, uma tentativa de apagar e impedir a fundamental discussão acerca do racismo; é uma resposta oriunda de uma leitura pautada nas fundamentações racistas. Trata-se, portanto, de um agenciamento engendrado pelo consenso racista que ainda impera no Brasil.

Cabe salientar que, embora a questão racial venha sendo, ao longo da história do nosso país, exposta e debatida; embora estejamos experienciando avanços teóricos, jurídicos e sociais; embora venhamos nos posicionando contra o racismo, denunciando e expondo suas engrenagens, ainda há o embate que não acolhe tal luta. Este não acolhimento não é uma simples recusa, mas a explicitação de uma não aceitação de mudanças estruturantes. Por isso, compreendo o enunciado-resposta “Ele é um homem do tempo dele” na esteira dos discursos fundadores ou constituintes. Foucault (2009) e Maingueneau (2008, 2014) compreendem os discursos de certas esferas como agenciadores e mantenedores de muitos outros e de nossas práticas pelo fato de abarcarem lógicas de universalização. Os autores, guardadas as distintas orientações e concepções, compreendem os discursos religiosos, literários e científicos como, respectivamente, fundadores (Foucault) e constituintes (Maingueneau), pois são esferas discursivas autogestoras e mantenedoras de lógicas e perspectivas, são discursividades que sobrevivem ao tempo e ao espaço, se atualizam e conduzem ações e entendimentos. Assim, o enunciado-resposta aqui analisado, pode ser compreendido como parte integrante desta consensualidade ligada à lógica do cientificismo e da religiosidade, mas, sobretudo, à lógica de manutenção de estruturas que deve ser entendida por nós como constituinte de nossa sociedade. Então, a leitura do texto acerca da perfectibilidade da raça negra considerando estas forças presentes no enunciado “Ele era um homem do seu tempo” deve ser encarada como uma leitura que está atrelada à lógica das raças, que toma as singularidades como elementos diferenciadores e definidores e ainda constitui expressivamente o curso da sociedade.

Palavras finais

A leitura é atividade discursiva, pois ler é atrelar materialidade linguística, condições de produção e subjetividade. Isso quer dizer que, ao travar contato com um texto, interagim discursividades, modos de organização da língua para atender a certos fins e modos de transitar no mundo, posições no mundo. Sendo assim, há um encontro entre texto e leitor que pode ser de anuência, de

embate, de confronto, de discordância, de concordância, mas, inegavelmente, sempre há um efeito, pois texto e leitor são instâncias que atuam para a produção de sentidos.

À vista disso, é fundamental lembrar que os textos que circulam na sociedade são produtos sócio-históricos, o que nos permite compreender os limites e as possibilidades, mas também as transgressões e os questionamentos que desencadeiam. Os textos são dispositivos, por isso devem ser lidos em seu tempo e para além do tempo. A leitura realizada neste artigo é um gesto de reflexão teórica e prática desencadeada por outros textos, por outras leituras; é um gesto que tem em sua base a conjugação entre discurso e leitura como compreensão das engrenagens que formam a sociedade e as práticas discursivas que a perpassam.

É fundamental reafirmar que o objetivo da leitura aqui empreendida não é desqualificar o papel do codificador da Doutrina Espírita e tampouco a validade de suas ações nesta seara religiosa, a discussão proposta não está centrada na sua figura e nem na religião. O intuito é questionar e explicitar uma lógica e uma engrenagem que orientam produções discursivas, suas leituras e suas compreensões. No caso do presente artigo, a engrenagem que ordena e sustenta a produção e a leitura do texto, que é religioso e também científico, já que essas são bases da doutrina, é a crença na ideia de raça, é a crença na diferença que separa, é o não reconhecimento disto como sistema que existe e subsiste. O racismo é o consenso que alicerça a produção, a leitura e engendra a resposta: “Ele era um homem do seu tempo”, visto que esta resposta abriga o traço de sentido do inquestionável, do inegável, do aceitável e estruturante. O racismo, compreendido como tecnologia que há séculos coisifica corpos e propicia a criação de engenhosas estratégias de achatamento de pessoas negras e não brancas, ainda está naturalizado e por isso há práticas discursivas e não discursivas, contemporâneas ou não, que simplesmente contém traços racistas.

O texto presente na publicação organizada por Allan Kardec está na esteira das práticas discursivas que precisam ser questionadas e compreendidas não só como produto de um tempo, mas como produto que se alia e que se mantém em virtude das lógicas e das concepções que sobrevivem e se renovam para além do tempo em que foram propostas. Ler, nesse sentido, é desarticular consensos, é oferecer contrapalavras que acolham lógicas de mundo que sejam plurais, é romper com o normal, pois é preciso desnormalizar o inaceitável, é preciso ler e gerar enunciados que lidos por outros produzam consensos e práticas discursivas saudáveis.

Por fim, é fundamental compreender a leitura como um ato de resistência e de produção. A leitura deve ser uma ação empreendida e realizada no rastro dos enfrentamentos que os sujeitos precisam realizar no campo dos sistemas que regem e organizam a vida. O trabalho do leitor é o de desconstruir consensos e entrar na lida da compreensão da palavra-vida. Os consensos que nos tornam os leitores que somos necessitam ser compreendidos e confrontados a fim de produzirmos práticas discursivas e gestos de leitura que englobem, efetivamente, o heterogêneo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Claudio Viler. São Paulo: Veneta, 2020.

DEUSDARÁ, Bruno. ROCHA, Décio. O que entendemos por trabalhar em Análise do discurso? In: *Em Discurso, cenas possíveis*. Bruno Deusdará, Décio Rocha, Isabel Rodrigues, Morgana Pessôa e Poliana Arantes (orgs.). Araruama: Editora Cartolina, 2018.

DEUSDARÁ, Bruno. Rocha, Décio. *Análise Cartográfica do Discurso: temas em construção*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021

DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

FÉLIX, Franklin. *O racismo de Kardec e o calcanhar de Aquiles dos espíritas*. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-racismo-de-kardec-e-o-calcanhar-de-aquiles-dos-espíritas/>

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: *Ditos e escritos IV: Estratégia Poder-saber*. Trad.: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2006, p.253-266.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 2009.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2006.

GERALDI, João Wanderley. *Leitura: uma oferta de contrapalavras*. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/qtMKxcWg3SSxFDKbCKys6nc/?format=pdf&lang=p>.

JARDIM, Tatiana. RODRIGUES, Isabel Cristina. Vontade de normalidade: uma conduta conveniente em tempos pandêmicos. In: *Insurgências em tempos de Pandemia*. São Paulo: Cotia. Margem da Palavra, 2023. p.15-27. No prelo.

KARDEC, Allan. *Frenologia Espiritualista e Espírita e a perfectibilidade da raça negra*. Revista Espírita, Jornal de Estudos Psicológicos, ano V, Abril 1862 Disponível em: <https://www.sistemas.febnet.org.br/gerenciador/pdfRepository/2009-11-20-30.45f1619bf43ffc6b3c4e21170fd9bdf4.pdf> Acesso em 09/05/23.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: *Decolonialidade pensamento afrodiaspórico*. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p.27-53.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Tatiana Jardim Gonçalves

Doutora em Letras (UERJ), Mestra em Estudos de Linguagem (UFF), Especialista em Língua Portuguesa (UFF) e licenciada em Letras - Português e Literaturas (Centro Universitário Augusto Motta). É docente de Língua Portuguesa e Literatura na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Recebido em 15/07/2023.

Aceito em 10/09/2023.